



RELATÓRIO E CONTAS

**RUI PATRÍCIO**
Advogado

Burquíni político I

Proibir o burquíni em nome da laicidade não tem sentido, aliás nega-a, pois ela consiste na não intromissão do Estado em questões de religião, deixadas à esfera privada, o que é posto em causa quando se proíbe uma veste com conotação religiosa. O que ainda é pior – e estupidamente hipócrita – quando se proíbe apenas uma coisa, e não todas com significado religioso. Assim se viola a igualdade, e também a laicidade, pois o Estado toma partido. Não se pode veranejar de burquíni, mas pode-se de calções de banho e quipá ou peiot? E de calções de meia perna e de turbante? E de fato de banho e de fio com crucifixo ao pescoço? E de tanga e tatuagem “o Senhor é o meu pastor”? E, já agora, de biquíni pode ser? Ou acham as mentes iluminadas da laicidade de magazine que andar com as partes pudendas tapadas, e não à mostra, não tem nada de religioso? Tem sim, basta pensar um bocadinho na parra do livro inaugural da Bíblia, texto que marca muito a nossa vida. Pois é, parece que nos esquecemos – habituados à ilusão de laicidade e liberdade totais – que não aceitar que se ande nu por aí (ou outras coisas decretadas como más no Pentateuco ou em normativos de outros tempos e latitudes) tem muito de religioso – como, aliás, parte do que respeita ao corpo e à sexualidade.

E a proibição do burquíni, tal como a proibição do niqab nas escolas, também não tem que ver com a liberdade individual, nem com a proteção de mulheres e raparigas contra imposições ou “bullying”. Primeiro, porque não sabemos nem podemos saber que uso do burquíni (ou do niqab ou o que seja) é livre ou imposto, e ainda menos conseguimos traçar fronteiras entre o que é inteiramente livre (se é que alguma coisa o é, a partir do momento em que nascemos e vivemos em família e em cultura) e o que tem a marca de imposição. Podíamos voltar a Eva no

Paraíso. Ou às mesmas praias francesas de há um século, quando bom era andar muito vestido, ao contrário de hoje (excepto se for para surfar ou, em trajes ocidentais, resguardar a pele do sol ou dos olhares). E também não é para proteger ninguém, porque, se fosse, também teríamos que proibir os gordos por causa da obsessão com a linha, os feios por causa da ditadura da beleza e os flácidos por causa da mania do “fitness”; e aos velhos, para sua proteção, nem sei o que teríamos que fazer. E, para erradicar o “bullying” nas escolas, haveria que proibir os miúdos efeminados, os caixas de óculos, as miúdas com brincadeiras ditas de rapaz, os marrões e “tutti quanti”. Vamos fazê-lo, queremos, podemos? Quando começamos a segmentar e a proibir, isso leva-nos onde? Pensemos nisso, bem como no escrito do Brecht em que vão levando pessoas, o narrador não se importa porque ele nada tem que ver com elas, e um dia – “ups” – levam-no a ele.

Proibir o burquíni tem apenas um significado, que é político, e é como tal que deve ser visto. Proíbe-se o burquíni, como o niqab ou o que for, porque são formas de vestir conotadas com uma religião, e ela está associada a atos terroristas que têm vitimado o Ocidente, dos quais tem medo e com os quais está em guerra. Não vale a pena fingir que não é isso. E essa proibição é, nessa sua dimensão, errada e pouco inteligente. Mas a fundamentação desta afirmação fica para outra crónica, porque os limites de espaço impõem (outra imposição, maldita vida) que fique por aqui. E fico, a pensar se não teria sido melhor, para sua proteção, que Rosa Parks tivesse cedido o seu lugar a um branco. O mundo é, realmente, um lugar perigoso. ■

Coluna semanal à sexta-feira
Este artigo está em conformidade
com o novo Acordo Ortográfico